



INTERAÇÃO ENTRE PROFESSOR E ALUNO COM DEFICIÊNCIA NA APRENDIZAGEM DE ESPANHOL COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA NO ENSINO MÉDIO

Luany Scarlath de Souza Guimarães Ramos¹

Alda Valéria Santos de Melo²

GT 6 – Educação Inclusão, Gênero e Diversidade

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo o interesse de relacionar a interação entre professor e aluno deficiente na aprendizagem de espanhol como língua estrangeira no ensino médio e investigar o papel do professor de espanhol no processo de ensino da língua espanhola para alunos com deficiência e para responder alguns objetivos específicos foram traçados: compreender o processo de inclusão do aluno com deficiência; entender como ocorre o Atendimento Educacional Especializado; conhecer como ocorre o ensino da Língua espanhola numa escola inclusiva e análise do material didático que é utilizado. Justifica-se a pesquisa por ter poucos trabalhos nessa área, e diante da escassez de estudos e pela realidade que desafia o ambiente escolar moderno e inovador atual. A abordagem qualitativa se deu em virtude da necessidade de utilizar um método de investigação que possibilite um maior conhecimento e entendimento da realidade vivenciada pelos sujeitos investigados, demonstrando a situação real do problema em estudo.

Palavras-chave: Educação especial. Ensino. Língua Espanhola.

RESUMEN

El presente- trabajo tiene como objetivo el interés de relacionar la interacción entre profesor y alumno deficiente en el aprendizaje de español como lengua extranjera en la enseñanza media e investigar el papel del profesor de español en el proceso de enseñanza de la lengua española para alumnos con discapacidad y para responder algunos los objetivos específicos fueron trazados: comprender el proceso de inclusión del alumno con discapacidad; entender cómo ocurre el Servicio Educativo Especializado; conocer cómo ocurre la enseñanza de la Lengua española en una escuela inclusiva y análisis del material didáctico que se utiliza. Se justifica la investigación por tener pocos trabajos en esa área, y ante la escasez de estudios y por la realidad que desafía el ambiente escolar moderno e innovador actual. El enfoque cualitativo y cuantitativo se dio en virtud de la necesidad de utilizar un método de investigación que posibilite un mayor conocimiento y entendimiento de la realidad vivenciada por los sujetos investigados, demostrando la situación real del problema en estudio.

Palabras clave: Educación especial. Enseñanza. Lengua Española.

¹ Graduada em Licenciatura Letras Português/Espanhol pela Faculdade Pio Décimo (2017). E-mail: <luanyscarlath@gmail.com>

² Mestre em Educação, Pós-graduada em educação inclusiva. Docente da Faculdade Pio Décimo (Aracaju – SE) e Faculdade AMADEUS (Aracaju – SE). Técnica na Secretaria de Estado da Educação.



1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se deu através de um questionamento sobre os desafios que o professor de língua espanhola enfrenta ao receber alunos com deficiência em sua classe. A escolha desse tema foi impulsionada pelo desejo de conhecer cada dia mais e enveredar mais profundamente pelos emaranhados de possibilidades de estudo e atuação.

A atuação do professor de língua espanhola se dá através da construção de saberes dentro da sala de aula inclusiva na interação com o aluno deficiente, onde o ensinar e o aprender é uma troca de conhecimento que se constitui em um processo de produção do conhecimento acadêmico, em que o professor é o principal elemento em uma sala de aula para que o aluno, deficiente ou não, venha se espelhar.

Sabemos que a educação é um direito de todos e, considerando as peculiaridades de cada indivíduo, o educador deve pensar em prepará-los para a vida na sociedade e inseri-los na comunidade escolar, propiciando um melhor ensino aprendizagem aos alunos portadores de deficiência.

Dentro desse contexto, questiona-se e verifica-se que há um elevado número de professores que não receberam formação em educação Inclusiva, no entanto, possuem em suas classes alunos com deficiência, tal constatação resultou na decisão de desenvolver o estudo, ante ao seguinte questionamento: Se o docente não está capacitado, como se estabelece a relação entre professor e aluno? Como ocorre a aprendizagem da língua espanhola nesse contexto?

Objetiva-se, por essa escolha, indicar fontes que possam servir de embasamento para futuros estudos e práticas específicas no que tange ao ensino de língua espanhola para discentes com deficiência. Nesse sentido, o presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral a investigação que foi o interesse de relacionar a interação entre professor e aluno deficiente na aprendizagem de espanhol como língua estrangeira no ensino médio e investigar o papel do professor de espanhol no processo de ensino da língua espanhola para alunos com deficiência, para responder alguns objetivos específicos, foram traçados: compreender o processo de inclusão do aluno com deficiência; entender como ocorre o Atendimento Educacional Especializado; conhecer como ocorre o ensino da Língua espanhola numa escola inclusiva e analisar o material didático que é utilizado.

Dessa forma o processo de ensino aprendizagem está composto de vários desafios enfrentados por alunos e professores, pois as escolas hoje, também, são frequentadas por



estudantes com deficiência. Aprender outra língua não é nada fácil, observamos que surgem algumas dificuldades para o professor enfrentar na sala de aula inclusiva, onde a busca diária em fazer com que não crie algo que dificulte, e sim o querer aprender sempre algo novo.

Ressalto que esta é uma pesquisa bibliográfica, descritiva, qualitativa. A escolha pela abordagem qualitativa se deu em virtude da necessidade de utilizar um método de investigação que possibilite um maior conhecimento e entendimento da realidade vivenciada pelos sujeitos investigados, demonstrando a situação real do problema em estudo.

Justifica-se a pesquisa por ter poucos trabalhos nessa área, e diante da escassez de estudos e pela realidade que desafia o ambiente escolar moderno e inovador atual para o acesso às tecnologias, métodos, práticas e profissionais qualitativamente, habilitados para desenvolver o processo de ensino e aprendizagem de alunos portadores de deficiência.

2 INCLUSÃO DE ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

O direito à educação das pessoas com deficiência e a defesa da cidadania são atitudes que foram recentes em nossa sociedade, pois a falta de conhecimento sobre os direitos e as deficiências, contribuiu para que as pessoas portadoras de deficiência, por “serem diferentes”, fossem ignoradas ou até mesmo esquecidas de certa forma pela sociedade, em que não tinha a perfeição humana assim como eram postos à margem da condição humana, mesmo tendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos 10 de dezembro de 1948, em que assegura e dispõe os direitos:

Art. 26- Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

No Brasil ainda não era prioridade atender a todos na educação, pois os governantes nessa época tinha outra visão para a educação, que era vista como um instrumento de separação e distinção dos pobres para com os ricos, para a massa não ser educado e assim não obter conhecimento e poder, segundo Mazzota, p. 28, 2005, o atendimento escolar especial aos portadores de deficiência teve seu início, no Brasil, na



década de cinquenta [...] em 12 de setembro de 1854[...] concretizada por D. Pedro II [...] Decreto Imperial nº 1.428[..].

Após vários movimentos e experiências concretizadas na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte, pelo atendimento aos deficientes e refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, foi que alguns brasileiros inspirados nesses acontecimentos iniciaram já no século XIX, a organização de serviços para atendimento de deficientes visuais, auditivos, mentais e físicos.

Somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX é que à inclusão da educação de pessoas deficientes foi incluída na política educacional brasileira. Na década de sessenta é criado o Centro Nacional de Educação Especial pelo Decreto nº 72.425, do Presidente Emílio Garrastozu, segundo Marcos Mazzota (2005, p. 55), “com a finalidade de promover, em todo o território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais”.

Daí então que a sociedade em geral passou a olhar para a necessidade que os deficientes necessitam em relação a várias coisas, mais principalmente em relação à educação, pois era feita muita distinção para com eles.

Começando a conquista e o reconhecimento de alguns direitos com a Declaração Universal dos Direitos da Criança de 20 de novembro de 1959, que particularmente continha princípios específicos para os deficientes em geral onde aduz, em seu princípio 5, que às crianças incapacitada física, mental ou socialmente serão proporcionados o tratamento, a educação e os cuidados especiais exigidos pela sua condição peculiar.

A mais de quarenta anos após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia, em 1990 e pensando em melhorar e ter uma educação para todos foi então elaborada a Declaração de Jomtien 1990, assim abrangendo a legalidade para

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (Jomtien, art. 3, 1990).



Tornou-se responsabilidade ainda mais para que a sociedade abrangesse a causa dos deficientes e entendessem que todos têm o direito de uma educação de qualidade independente de qualquer tipo de deficiência.

A história da educação brasileira mostra que a educação sempre teve um papel para atenção e preocupação da sociedade, com isso surgiram várias necessidades para melhoria da educação e uma recente foi o questionamento de como atender e melhorar o ensino para alunos com deficiência, com isso uma das principais leis que atende e garante os direitos do deficiente que foi elaborada e feita na Espanha em 1994 à Declaração de Salamanca.

Esta estrutura pretende ser um guia geral ao planejamento de ação em educação especial. Tal estrutura, evidentemente, não tem meios de dar conta da enorme variedade de situações encontradas nas diferentes regiões e países do mundo e deve desta maneira, ser adaptada no sentido ao requerimento e circunstâncias locais. Para que seja efetiva, ela deve ser complementada por ações nacionais, regionais e locais inspirados pelo desejo político e popular de alcançar educação para todos. (Salamanca, p. 6, 1994).

Essa declaração ajudou para que legalmente o direito dos deficientes fosse vista mundialmente e para que cada país pudesse lidar com cada situação específica de deficiência em seu território, assim tendo autonomia com base na declaração para promover ações que atendessem e ajudassem no processo ao qual o objetivo principal era que todos sem distinção tivessem acesso à educação.

3 O ENSINO DA LÍNGUA ESPANHOLA ENQUANTO DISCIPLINA NO BRASIL

O presente tópico visa pontuar uma breve historiografia do ensino de língua espanhola no ensino regular enquanto disciplina no Brasil. A partir do século XIX o ensino de língua estrangeira e a educação, propriamente vista de uma perspectiva histórica, sem dúvidas, os cursos de língua estrangeira no Brasil eram vista como uma forma de comércio e de bem intelectual, sendo sujeita à elite e à classe média do País, pois a massa não podia ter a acesso ao conhecimento, porque a educação era um elemento de reprodução da ordem social e



de ostentação, demonstrando a civilidade das aparências características das sociedades. Para tanto, vamos recorrer à citação de Picanço:

Com a falta de escolas públicas no Brasil colonial, a instrução escolar se instalou no espaço privado e, [...]. Nestes casos, a língua estrangeira servia como exercício de erudição e destinava-se, assim como as demais disciplinas, a formar a elite do país, mas, também, à formação de pessoas comuns da classe média. (Picanço, p. 28, 2003).

O intuito das línguas estrangeiras desde o tempo de colonização até meados do século XX além do que foi citado acima, também era servir como ferramenta para que os comerciantes pudessem desempenhar suas funções mercantis. Não eram exatamente as mesmas razões pelas quais procuramos aprendê-las hoje, ou seja, a capacidade de comunicação social e profissional, visto que a globalização mundial e as aproximações comerciais nos últimos anos têm crescido cada vez mais. No Brasil, durante mais de cem anos, segundo Deise Picanço (2003, p. 17), “as línguas estrangeiras foram as línguas usadas por imigrantes e colonizadores, ensinadas em casa como língua materna, juntamente com os costumes preservados da cultura de origem”.

Outros movimentos politico-ideológicos surgiram no século XX preocupados com a escolarização no Brasil. Cada um com seu ponto de vista, muitos pensamentos antagônicos disputavam seu espaço dentro de um projeto político de (re)construção da nação brasileira. A igreja, os governantes, Francisco Campos e seu grupo político reconheceram na escola um meio de moldar o povo de acordo seus objetivos: formar fiéis, cidadãos ideais. (GUIMARÃES, p. 1, 2011).

O alemão passou um tempo fazendo parte do componente curricular das escolas no Brasil, mais foi retirado e substituído para espanhol, ao qual ainda não tenhamos encontrado nos documentos oficiais nenhuma menção objetiva pelo qual fora retirado do currículo da escola secundária essa língua em específico. O espanhol como uma língua conhecida mundialmente começou a fazer parte e estar ao lado do inglês e francês como línguas estrangeiras pertencentes ao currículo.

Como foi citado á cima, a Língua Espanhola passou por várias mudanças para ser inserida nas escolas e, logo após, com sua inserção nos currículos, um dos fatores que ajudaram na sua permanência também foi à disponibilidade de material didático, tendo assim



momentos ricos com várias publicações de livros didáticos na década de quarenta, com sua representatividade no modelo de patriotismo e respeito às tradições.

A aprovação da primeira LDB foi em 1961 em relação ao ensino de língua espanhola houve a liberdade que deixava os estados à opção pela inclusão nos currículos o ensino de Língua Estrangeira Moderna, dando subentendida à opção de muitos alunos do primeiro e segundo grau ficarem sem estudar língua estrangeira nessa época, resultando em destaque o inglês e em menor medida o francês, tornando precária ainda mais a situação do espanhol na grade curricular:

§ 1º Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.(Brasil, Art. 35, 1961).

Em 1991, com a Lei de diretrizes e bases da educação básica e os incentivos de secretarias de educação de alguns estados, foi que os primeiros Centros de Línguas Estrangeiras Modernas ou Centros de Estado de Línguas, cursos esses sem reconhecimento legal, passaram a ganhar espaços e a contribuir para expansão do espanhol no Brasil, com o passar dos anos e de acordo com as necessidades da educação. Com o Tratado de Assunção, popularmente conhecido pela sigla MERCOSUL, em 26 de março de 1991, entre a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, por questões políticas e econômicas, tornando o português e o espanhol línguas oficiais.

A partir daí a Língua Espanhola ganhou mais força no Brasil, pois o tratado fortalecia os países da América latina e havia muito interesse por ambas as partes para consolidação da língua no nosso país.

4 METODOLOGIA

O presente estudo desenvolveu-se com a ajuda de professores de Língua Espanhola que atuam na área de classe inclusiva, assim contribuindo e sendo uma das peças-chaves para a compreensão deste estudo, que foi realizado no segundo semestre de 2017, na cidade de Aracaju, em uma unidade de educação do ensino médio da rede estadual de ensino.



Para compreendermos a natureza da investigação, cabe explicitar que esta é uma

pesquisa bibliográfica, descritiva, qualitativa. A escolha pela abordagem qualitativa se deu em virtude da necessidade de utilizar um método de investigação que possibilite um maior conhecimento e entendimento da realidade vivenciada pelos sujeitos investigados, demonstrando a situação real do problema em estudo. Segundo Creswell (2007) os principais dados para serem coletados em uma pesquisa qualitativa são: observações, entrevistas, documentos e material de áudio e visual, realizada em escola pública estadual.

O campo de pesquisa foi uma escola da rede estadual de educação, a referida escola localiza-se em Aracaju. De acordo com a Diretoria de Aracaju – DEA que é responsável pela administração de todas as escolas de Aracaju há matriculado nas escolas de ensino médio um total de 240 alunos deficientes, com 173 em classe inclusiva e 67 na sala de recursos. Sendo, 2 com Cegueira, 20 com Baixa visão, 23 com Surdez, 6 com Def. Auditiva, 127 com Def. Intelectual, 13 com Def. Física, 9 com Def. Múltipla e 40 outras que não foi especificada.

A partir das informações acima optei pela Escola Estadual Prof. João Costa. É uma escola inclusiva que atende alunos com deficiência. São atendidos alunos da 1ª à 3ª Série do ensino médio, funcionando nos três turnos, porém os alunos deficientes estudam no turno matutino e vespertino.

As observações foram realizadas desde as primeiras visitas à unidade escolar. Foram aplicados questionários com os professores.

4.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos resultados da coleta de dados, foi realizada a tabulação das informações concedidas pelos professores. Os dados coletados servem como base para avaliação das dificuldades encontradas, condições de trabalho e planejamento.

Todos os professores entrevistados revelaram que tem dificuldade em ensinar aos alunos com deficiência, e são várias dificuldades como: falta de estrutura física e materiais didáticos para se trabalhar com esse alunado, falta de tempo para fazer especializações e falta de profissionais que dão suporte aos professores na sala de aula, falta de investimento por parte dos governantes na formação continuada dos professores, pois eles têm que tirar do próprio bolso caso tenha interesse ou necessidade de outras habilidades em outras áreas de ensino. Logo percebemos que a realidade educacional dos professores não é como pensamos



quando saímos da faculdade, porque não há estrutura física, formação continuada dos professores e material didático para se trabalhar com esse alunado.

Os entrevistados também informaram que não conseguem realizar todas as atividades com os alunos deficientes por falta de tempo para explicar melhor o conteúdo, sendo que os alunos deficientes não tem o mesmo ritmo que os demais na sala de aula regular, ou então só consegue com a ajuda de outro profissional da área, sozinho não. A falta de preparação e aperfeiçoamento dos professores de língua estrangeira é um obstáculo para melhor planejamento de aulas inclusiva que atenda a todos os alunos. O único entrevistado que consegue realizar todas as atividades tem especialização na área e planeja suas aulas de forma diferenciada. Desse modo podemos notar uma diferença de quando o professor tem uma especialização e quando não tem. Porque para melhor atender aos seus alunos, tem que se conhecer suas necessidades para poder ser aplicado o conteúdo e quando você conhece sobre o assunto isso ajuda para que o professor possa desempenhar com maior habilidade o assunto, como os mesmos informaram.

A maior parte dos professores (80%), conta com a ajuda de outros profissionais, como professor de libras que fica com o aluno na sala de aula, e o comitê pedagógico da escola que orienta e avisa caso tenha algum aluno deficiente. Houve um entrevistado que informou que nunca teve ajuda e que não existe isso, apesar do mesmo está há pouco tempo na escola que foi feita a pesquisa, ele respondeu com base na vivencia dele pelos colégios estaduais que passou no estado de Sergipe, e nesse que está agora, pois já pode ver como funciona. É necessário que a escola e os professores tenham conhecimento na área de educação inclusiva já que eles recebem esses alunos, porque ter o controle do quantitativo e o tipo de deficiência do aluno não vai melhorar a situação que os professores passam como: ficar sem saber passar o conteúdo para eles e usar recursos para melhorar o ensino aprendizagem deles.

Sobre o planejamento de aula, 30% dos professores que informaram que sim, citando assim estratégias que usam com esses alunos como: enviar resumo por e-mail para o aluno que transforma em voz para que ele em casa consiga assimilar melhor o conteúdo que foi passado em sala de aula, ou então planeja de forma geral que possa contemplar o aluno com deficiência ou não, para que nenhum se sinta entediado, desse modo contextualizando os dois lados tanto alunos com deficiência quanto aluno sem. Os outros 70% dos entrevistados que não planejam suas aulas pensando nos alunos com deficiência, não fica feliz com isso,



pois se sente limitado, em não ter conhecimento de formas como melhor planejar suas aulas para que todos em sala de aula aprendam tendo ou não deficiência.

A maioria dos entrevistados (70%) não tem nenhuma especialização para aprimorar sua técnica de ensino para alunos com deficiência, mesmo eles recebendo em sala de aula do ensino regular todo tipo de alunado, eles tem vontade de fazer nessa área, mas lhe faltam tempo e recurso financeiro já que não há investimento por parte dos governantes, e o único entrevistado que fez, enfatizou que fez porque tirou do seu próprio bolso para investir em seu conhecimento profissional, pois como foi falado anteriormente o governo não oferece essas especializações em educação especial e nenhuma outra para eles. Assim então mais uma de várias situações que o professor e o aluno com deficiência passam na carreira acadêmica, sendo que poderia ser melhorada ou mudada com incentivos, e não somente com leis ou decretos, pois a prática que eles vivenciam é outra, e necessita sim da atenção da sociedade, somos todos detentores do exercício de cidadão e respeito para com o próximo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante minha vida acadêmica algo estava me inquietando e exigindo a busca de uma resposta, no tipo de assunto que eu mais me identifico, na prática dos profissionais de minha área de atuação, que foi me informar da realidade do professor de língua espanhola no ensino regular com alunos deficientes.

Surgiram assim alguns questionamentos meus em relação ao ensino da língua espanhola aos alunos deficientes que ainda nenhum colega de curso dessa instituição de ensino havia falado sobre esse tema, em relação à língua espanhola e alunos deficientes, só sobre a língua portuguesa e alunos deficientes. Então pensei, depois da minha graduação, quando estiver em sala de aula como será a prática com esses alunos? Qual seria a realidade que iria me aguardar em sala de aula? Diante desses questionamentos como em meu curso não havia nenhum estudo como pude perceber ao olhar na biblioteca da faculdade dei início ao estudo para buscar as respostas, desenvolvi essa pesquisa para que possa ajudar os futuros profissionais da área e para servir de base para o desenvolvimento de outros trabalhos acadêmicos já que não se tem material suficiente falando sobre esse assunto.

Falar sobre deficiência e vivencia-la são situações que estão presentes no nosso cotidiano, e não tem como fugir dessa realidade, tem sim que abraçar a causa e lutar todos por ela, porque pelo que observei o atendimento e atenção para os deficientes nessa escola não é



feito de forma intensificada, pois deste modo para qualquer aluno que apresente deficiência e o professor perceba em sala de aula, tem que partir dos pais informar se o seu filho tem alguma deficiência, para que daí então a escola informe ao professor, que ele mesmo sabendo não sabe lidar com essa situação.

Contudo que tratei com minha pesquisa, conclui que a educação inclusiva está crescendo, porém não está sendo acompanhada por nossa sociedade, há muitos profissionais da área da educação que não se interessam pelo tema, ou quando se interessa não tem o incentivo por parte dos governantes. As leis que amparam os deficientes estão em vários documentos oficiais nacional e internacional, só falta à sociedade se juntar e cobrar por mais melhorias na educação, como também os professores e escolas olhar os seus alunos como o nosso futuro e não como uma fonte de renda para eles.

Existem grandes desafios que os professores enfrentam em sala de aula como: O de construir uma ponte entre os alunos com e sem deficiência em uma classe regular. A falta de especializações é um dos principais problemas para os professores não tornarem suas aulas mais interativas e construtoras de conhecimento para atender a todos os alunos.

REFERENCIAS

Arias, Juan. **“Escolas do Brasil vão ter espanhol obrigatório”**. Associação Brasileira de Editores de Livros. 1 set. 2004. El país. 8 de setembro de 2006.

Alves, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado** / elaboração Denise de Oliveira Alves, Marlene de Oliveira Gotti, Claudia MaffiniGriboski, Claudia Pereira Dutra - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Lei 11.161, de 5 de agosto de 2005**. Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. Brasília, 8 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 28 Setembro 2017.

BRASIL. **Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 28 Setembro 2017.

BRASIL. **Orientações curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília, Secretaria da Educação Básica, 2006.



BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2006.

Carleto, Eliana Aparecida. **Sala de Recursos Multifuncionais: Inclusão Ou Exclusão Escolar?**. Revista História e Diversidade Vol. 2, nº. 1 (2013).

Creswell, John w. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** / John W. Creswell; tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. – 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010.

Guimarães, Anselmo. **História do ensino de espanhol no Brasil** / Anselmo Guimarães; Scientia Plena, Vol. 7, num. 11. – São Cristóvão, 2011.

Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em 24 Setembro 2017.

Ministério da Educação. **Orientações curriculares para o ensino médio**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2006. Vol. 1: Linguagens, códigos e suas tecnologias. 2 de agosto de 2006.

Mazzota, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas** / Marcos José Silveira Mazzota – 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

Mercosur. **Tratado de Asunción**. Asunción, 26 de marzo de 1991. 24 de outubro de 2004.